



Índice

- 01** [Após 17 anos, índio é preso por matar vereador no interior de MT](#)
- 02** [Assembleia vai debater ampliação de área indígena](#)
- 03** [Polícia aguarda novos depoimentos de indígenas e fazendeiro responde em liberdade](#)
- 04** [Missionário americano funda abrigo para crianças indígenas em Manaus](#)
- 05** [Homens invadem aldeia Kaiowá em Rio Brilhante, relata Aty Guasu](#)
- 06** [MPF exige fortalecimento da Funai na região de Belo Monte](#)
- 07** [Impactos subavaliados em grandes obras](#)
- 08** [População de Sete Quedas se reúne contra a demarcação indígena](#)
- 09** [Especialistas independentes da OIT questionam Governo brasileiro sobre projetos em terras indígenas](#)
- 10** [Ferrugem pode atingir área de soja na região da Suiá-Missú](#)
- 11** [Ruralistas pedem a deputada audiência pública no Conesul para discutir invasões](#)
- 12** [Emater apoia fortalecimento da produção rural em comunidades quilombolas](#)



Após 17 anos, índio é preso por matar vereador no interior de MT

SÍTIO ODOCUMENTO, 05.03.2013

A Polícia Judiciária Civil de Campinópolis (658 km a Leste) em operação conjunta com a Polícia Militar cumpriu na manhã desta segunda-feira (04.03), mandado de prisão preventiva contra o indígena, da etnia xavante, Vicente Tserehité Tseredzabidi.

O mandado foi expedido pelo juízo da comarca de Campinópolis, em razão do descumprimento de ordem judicial de prisão preventiva domiciliar, a ser cumprida na aldeia.

O indígena é acusado de duplo homicídio qualificado e tentativa de homicídio, praticados no ano de 1996. Uma das vítimas do homicídio foi o então vereador Amélio Ribeiro da Silva e Otacílio José de Carvalho, e da tentativa de homicídio, Durval Divino José de Carvalho. Os crimes foram praticados pelo acusado e outros indígenas.

Segundo a delegada Luciana Canaverde, a ordem na cidade vem sendo mantida pela aliança entre as Polícias Civil e Militar e, principalmente, pela conscientização da população indígena de que esta possui além de direitos, deveres a serem cumpridos. "A lei deve e será cumprida independente da etnia", disse.



Assembleia vai debater ampliação de área indígena

SÍTIO ODOCUMENTO, 05.03.2013

A confirmação de que a Fundação Nacional do Índio (Funai) pretende ampliar os limites da Terra Indígena Enawênê-Nawê, avançando sobre os municípios de Brasnorte, Juína e Sapezal, mobilizou a classe política mato-grossense que tenta barrar o novo processo de demarcação, onde deverá ser atingida uma área de 600 mil hectares.

Procurado por produtores rurais desses municípios, o deputado estadual Dilmar Dal’Bosco (DEM) apresentou, na última semana, requerimento em que solicita a realização de uma audiência pública ampliada, em parceria com a bancada federal. Para isso, o parlamentar já contatou os deputados Júlio Campos (DEM) e Nilson Leitão (PSDB) e o senador democrata Jayme Campos.

A reunião, segundo o deputado estadual, marcará a primeira manifestação contrária à criação da reserva, para que se evitem conflitos e, consequentemente, a ‘calamidade social’ decorrente da desintrusão dessas áreas, a exemplo do que ocorreu na Suiá-Missú.

Na justificativa apresentada, Dal’Bosco afirma que a discussão precisa acontecer com a máxima urgência, visto que os estudos para ampliação da área indígena está em fase final, e que o pânico já se instalou entre os produtores.

“Mais de 60% das terras dessa região já pertencem aos indígenas. Outra atrocidade é que essas áreas foram adquiridas de forma lícita, compradas do Estado e homologadas pela União. Os produtores não podem simplesmente ser despejados, como se tivessem ocupado de forma irregular”, questionou Dilmar.

De acordo com os produtores rurais a ampliação fere as condicionantes definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) durante a demarcação da Reserva Raposa do Sol, em Roraima, quando ficou definido que áreas homologadas não poderão ser ampliadas.

A Audiência Pública acontecerá no Sindicato dos Produtores Rurais de Juína, no dia primeiro de abril.



Polícia aguarda novos depoimentos de indígenas e fazendeiro responde em liberdade
SÍTIO MIDIAMAX, 05.03.2013

O fazendeiro Orlandino Carneiro Gonçalves está respondendo em liberdade pelo assassinato do adolescente guarani-kaiowa, Denílson Barbosa, de 15 anos. Enquanto isso, a Polícia Civil de Dourados aguarda mais esclarecimentos de dois adolescentes indígenas que estariam no momento do crime, para terminar o inquérito.

O delegado regional de Dourados, Antonio Carlos Videira, explicou que o proprietário da fazenda Sardinha se apresentou no dia 19 de fevereiro, na delegacia de Caarapó e foi liberado após confessar sua participação no crime. Como ele não foi preso em flagrante, se apresentou acompanhado do advogado, acabou sendo interrogado, indiciado e liberado.

Denilson foi executado com um tiro de carabina 22, no dia 17 de fevereiro, num açude dentro das terras do fazendeiro, quando pescava com dois outros indígenas, um de 17 anos e outro de apenas 11. O corpo do jovem morador da aldeia tey'ikue, foi localizado em uma estrada vicinal que separa a aldeia de algumas fazendas, em área indígena de em Caarapó (MS), cerca de 50 quilômetros de Dourados.

"Não havia motivos para decretar sua prisão. Uma vez preso, o inquérito tem apenas dez dias para ser concluído, o que não seria possível. A prisão temporária ou preventiva tem uma série de requisitos, que naquele momento, não se enquadravam", destacou o delegado Videira.

Dúvidas

Após o fazendeiro se apresentar, foi expedido laudos médicos e do local. De acordo com o delegado, com a conclusão da apuração técnica da morte do adolescente surgiu algumas dúvidas. O fazendeiro alega que atingiu o adolescente "por acaso", ao atirar para assustar. Com isso, é necessário saber da versão das testemunhas.

Além disso, o fazendeiro afirmou ter socorrido o garoto, mas depois de encontrar um grupo numa estrada vicinal de terra, abandonou o adolescente, ainda com vida. Segundo ele, achando que fossem índios que se aproximavam e com receio de ataques. O delegado explicou que é importante saber o que realmente aconteceu no dia.

Programa de Testemunha

"Por enquanto, os depoimentos do fazendeiro estão em sintonia. O tiro não foi encostado e nem a curta distância. O laudo apontou que foi um único tiro, igual ele falou", afirmou o delegado, ao destacar que os adolescentes indígenas foram inseridos pelo Ministério da Justiça, no programa de segurança à testemunha.

"Precisamos de mais esclarecimentos por parte dos índios, mas eles não foram apresentados à delegacia. Não foram encontrados, para desvendar algumas circunstâncias, porque estão no programa de testemunha. Indicamos a necessidade de uma oitiva", explicou.

CONT.



O delegado contou que está aguardando uma autoridade responsável para responder em nome dos indígenas. “Encaminhamos na sexta-feira (1) uma solicitação para que indique uma autoridade policial, informando a quem deve ser enviada uma carta precatória, objetivando esclarecer alguns pontos que vieram à tona, com a expedição dos laudos periciais. Eles exigem um maior esclarecimento por parte dos índios, que estavam no local”, explicou.

Missionário americano funda abrigo para crianças indígenas em Manaus

SÍTIO GOSPELPRIME, 05.03.2013



Missionário americano funda abrigo para crianças indígenas em Manaus

O missionário americano Barry Hall transformou sua residência no estado do Amazonas na primeira casa-abrigo para crianças indígenas que foram rejeitadas por seus pais.

O local está ativo há nove meses e ganhou o nome de "Coração do Pai", onde atualmente 13 crianças de diversas etnias estão recebendo os cuidados necessários.

Hall tem ajuda do Conselho Nacional de Pastores e Líderes Evangélicos Indígenas (Complei) e resolveu criar o abrigo para poder receber as crianças que são rejeitadas por questões culturais. "Algumas etnias condenam filhos de mãe solteira, gêmeos ou trigêmeos, resultados de estupro, incesto ou infidelidade", explica o missionário que vive no Estado há 25 anos.

"O Complei quer oferecer uma alternativa e uma solução que respeite a liderança de cada etnia. Ao nos entregar a criança, o cacique fica satisfeito, porque ela saiu da aldeia, os pais ficam aliviados e o bebê ganha vida e um lar".

O missionário concedeu uma entrevista ao portal G1 e falou da intenção de ampliar o local para receber mais crianças, um projeto que não depende só de uma estrutura melhor, como de uma ligação com as próprias aldeias para que estas crianças cheguem até o "Coração do Pai" com vida.

Casado com Vânia com quem tem cinco filhos, Barry Hall deixa claro que aceita também crianças não-indígenas. "Muita gente acredita que ter um local para crianças indígenas é discriminação, mas, na verdade, só estamos nos especializando para fazer um trabalho melhor. Aceitamos não-indígenas quando podemos instalá-los e, quando tivermos um espaço maior, queremos aumentar também o número de vagas".

As crianças da casa-lar recebem acompanhamento médico, de assistentes sociais, de psicólogos e nutricionistas. Para poder continuar mantendo o espaço, o missionário precisa de ajuda financeira e de doações de produtos e alimentos.

Interessados em ajudar o projeto podem procurar diretamente na instituição que fica a rua D-14, casa 113, bairro Japiim, Zona Sul de Manaus (AM).



Homens invadem aldeia Kaiowá em Rio Brilhante, relata Aty Guasu

SÍTIO CIMI, 05.03.2013

O Conselho do Aty Guasu (grande assembleia Guarani Kaiowá) relatou que, no último domingo, 3, um grupo de homens invadiu o tekoha – território sagrado – Laranjeira Nanderu, comunidade Kaiowá de Rio Brilhante, região de Dourados (MS).

O ataque aconteceu dias depois da equipe de perícia antropológica do Grupo Técnico ter iniciado os trabalhos de campo que deverão levar à desintrusão e demarcação do tekoha.

Segundo relatos de lideranças da aldeia colhidos por membros do Aty Guasu, os homens, que não puderam ser identificados, chegaram num trator com os faróis apagados, de propriedade de um fazendeiro vizinho à aldeia, que puxava uma carreta com uma dezena de homens embriagados, e ameaçaram incendiar a casa de reza da comunidade.

[Leia os relatos do Aty Guasu sobre o caso](#)

Acionada, uma equipe da Fundação Nacional do Índio (Funai) esteve no local para apurar as informações.

Conflito

Desde a reocupação do território, em 2009, conflitos impulsionados por fazendeiros locais tem sido recorrentes. O mais comum é o fechamento da saída da aldeia com toras de madeira, impossibilitando os indígenas de usarem ônibus escolares ambulâncias.

Em janeiro, uma liderança indígena relatou à equipe do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) ter sido alvejada com quatro tiros pelo arrendatário da fazendeira que incide sobre o território, reivindicado pela comunidade como tradicional do povo Kaiowá. A indígena conseguiu escapar com vida do ataque, se escondendo na mata.

O tekoha de Laranjeira Nanderu está contemplado no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) estabelecido em 2007 pelo Ministério Público Federal (MPF) com a Fundação Nacional do Índio (Funai). O acordo exige que sejam constituídos grupos técnicos para identificação e delimitação das terras indígenas, no sentido de agilizar o trabalho de demarcação de terras reivindicadas pelos Kaiowá e Guarani.

O território, de cerca de 400 hectares, foi retomado em 2009. Em 2010, os indígenas foram expulsos da área, quando se alojaram às margens da estrada, ao lado da entrada de uma das fazendas invasoras. Sofreram com as inundações, o calor, falta de água potável e ao menos três mortes por atropelamento, até que retomaram novamente o território em maio de 2011.

Já em janeiro de 2012, os fazendeiros tentaram a reintegração de posse da área em ação junto à Justiça Federal. Contudo, por conta da pressão de indígenas e organizações indigenistas, o despejo foi suspenso pelo Tribunal Regional Federal da 3a. Região (TRF-3), em São Paulo, onde ainda tramita o processo dos fazendeiros contra os indígenas.



MPF exige fortalecimento da Funai na região de Belo Monte

SÍTIO SOCIOAMBIENTAL, 05.03.2013

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou que a Funai (Fundação Nacional do Índio) assine, no prazo de 20 dias, novo Termo de Compromisso com a Norte Energia S.A para a execução de compromissos e obrigações previstos no licenciamento ambiental da Usina de Belo Monte

O documento também recomenda que a empresa inicie imediatamente a construção de uma nova sede para o órgão indigenista em Altamira (onde está sendo construída a hidrelétrica de Belo Monte), apresente cronograma detalhado da obra e alugue imóvel adequado às necessidades do órgão. (leia a notificação).

A medida foi tomada depois de o MPF verificar que a Funai não tem condições adequadas para atender as demandas dos impactos decorrentes do empreendimento. A situação caótica descrita pelo MPF vai desde a carência de profissionais, passando pela falta de recursos para locomoção até as Terras Indígenas, e pela ausência de banheiros na sede local.

Apesar de o fortalecimento da Funai ser condição necessária e indispensável para o cumprimento das demais condicionantes indígenas de Belo Monte, o órgão não recebeu o apoio necessário antes do início da obra. No parecer técnico para a emissão da licença prévia, a Funai reconheceu a precariedade do órgão local para atender as demandas das populações indígenas da região e impôs como condição da viabilidade da UHE Belo Monte um "maciço (e imediato) investimento governamental", que devia incluir o fortalecimento institucional e administrativo da coordenação regional de Altamira. (leia Parecer Técnico 21/2009).

Convênio vence sem ser cumprido

Em setembro de 2010, logo depois da emissão da Licença Prévia, a Norte Energia assinou um convênio de cooperação técnica com a Funai, para executar ações indigenistas emergenciais e apoio, proteção e assistência às comunidades indígenas que habitam as terras na área de influência de Belo Monte. O convênio teria duração de dois anos e se apresentava como o tempo limite para o governo federal organizar a casa, e fazer o que deveria ter feito antes de autorizar a obra.

Em dois anos o governo poderia ter convocado concurso público, reorganizado o orçamento da regional e identificado claramente às obrigações que cabem ao empreendedor. Passados 19 meses desde o início das obras, o convênio venceu e o órgão indigenista não foi reestruturado. Em setembro do ano passado servidores da Funai em Altamira paralisaram atividades em protesto pelas condições de trabalho. Os servidores locais enviaram carta à presidência da Funai em Brasília, afirmando que "o termo de compromisso assinado entre o órgão e o empreendedor não foi cumprido e com o uso e a falta de manutenção da casa alugada pela Norte Energia, as condições de trabalho pioraram até que se tornou impossível desenvolver qualquer atividade".

CONT.



Além da questão estrutural da sede da Funai, a carta trazia denúncias ainda mais graves e que comprometiam a política indigenista da região. O Termo de Compromisso que deveria “promover o etnodesenvolvimento” dos povos indígenas do Médio Xingu se transformou em “listas de compras que consolidaram uma política assistencialista de difícil reversão”. (leia a carta dos funcionários da Funai).

Dois meses antes da paralização, a Funai também notificou oficialmente o Ibama, órgão licenciador da obra, de que o convênio assinado entre a Funai e a Norte Energia “trouxe outros tantos impactos à comunidade indígenas devido à sua forma de execução, trazendo prejuízos inclusive para o funcionamento da Coordenação Regional da Funai em Altamira”. (leia a notificação).

Um inquérito civil público foi instaurado depois da manifestação dos servidores e investiga além das condições precárias do órgão indigenista os danos sofridos pelos povos indígenas em decorrência da implantação do Plano Emergencial.

“É enorme a fragilidade de órgãos públicos como a Funai e outros que tem responsabilidade de monitorar os impactos da obra e adequar continuamente as obrigações de mitigação e compensação do empreendimento, face a imponência dos investimentos de Belo Monte e da força política da Norte Energia”, avalia o secretário executivo do ISA, André Villas-Bôas. Para ele, a empresa tem hoje uma ascendência muito forte sobre diversas políticas públicas na região. “Além de estar inadimplente em relação a execução das condicionantes indígenas, a Norte Energia vem mantendo um modelo de relacionamento com os povos indígenas marcado pela falta de transparência e por mecanismos de cooptação política. Um balcão de atendimento a demandas indígenas, denominado projetos emergenciais, vem substituindo programas de assistência que foram planejados e estruturados para mitigar os impactos da obra”, analisa.

Apesar da importância da questão indígena no processo da implantação da Hidrelétrica de Belo Monte, nem a Norte Energia, nem a Funai, nem o Poder Público conseguiram cumprir as obrigações definidas na Licença Ambiental. A execução do Plano de Proteção à Terras Indígenas segue com quase dois anos de atraso e o Projeto Básico Ambiental ainda não foi iniciado.



Impactos subavaliados em grandes obras

SÍTIO SOCIOAMBIENTAL, 05.03.2013

Infraestrutura é bom e todo mundo gosta. Facilita a comunicação, o transporte, o trabalho, a assistência, o escoamento de produtos. Melhora as condições de vida, o acesso à informação, o processo civilizatório. Os índios apreciam a instalação de poços artesianos que lhes tragam água limpa onde ela está ficando suja, a construção de casas, a abertura de pistas de pouso e de vias de acesso a comunidades remotas. Assim como o uso do celular, de sistemas de rádio e da internet.

Ocorre que implantar um grande projeto de infraestrutura numa região remota, ecologicamente sensível e onde é precária a presença do Estado, requer cuidados que reduzam os impactos negativos, potencializem os efeitos positivos para os que ali vivem e diminuam os custos gigantescos dessas obras e ainda o grau de sacrifício que o país precisa fazer para construí-las.

Não há razão para que uma grande obra não possa ser implantada com cuidados e sabedoria em relação ao território e à população afetada. Se pessoas terão que ser removidas, seria justo que fossem reassentadas ou indenizadas antes da mudança. Se uma linha de transmissão vai cruzar e impactar uma região com populações desprovidas de energia, seria lógico que pudessem se beneficiar dela. Se pessoas serão deslocadas para a sua construção, seria óbvio prover escolas, postos de saúde e residências para que pudessem trabalhar em melhores condições e sem que a sua presença promovesse a degradação das condições de vida dos habitantes anteriores do lugar.

Quando se trata de índios, que, assim como suas terras, não são removíveis, e dependem dos recursos naturais que possuem, os impactos diretos e indiretos de grandes obras podem trazer consequências trágicas e irreversíveis. O que pode nos parecer ridículo diante do benefício da luz, como um maldito bagre que não sobe barragem de hidrelétrica, pode representar para índios a perda definitiva de uma fonte essencial de alimento saudável.

Se uma grande obra deverá provocar um rápido adensamento populacional em região sensível, é previsível o aumento da pressão sobre os recursos naturais e o risco de invasão das terras e da introdução de doenças, além de outros malefícios fatais para os índios. Seria muito pretender que o Estado estivesse presente desde antes do seu anúncio para evitar suas piores consequências? O fato é que o planejamento socioambiental das grandes obras não avançou em nada. Ao contrário, parece que ainda vivemos nos tempos de ditadura. Os impactos são subavaliados, as medidas compensatórias são insatisfatórias e não são implementadas conforme planejadas. Pior: as concessionárias não são responsabilizadas. E há quem chame esse processo de desenvolvimento sustentável.

Nem as lições deixadas por desastrosas experiências do passado são levadas em conta pelos planejadores do futuro. Foram os casos de Carajás, Balbina e da Transamazônica que deixaram sequelas, e chegaram a desenvolver providências mitigatórias tardias e insuficientes.

CONT.



Até os engenheiros deveriam saber que, se terras indígenas e unidades de conservação constituem 40% da Amazônia, qualquer grande obra deverá impactá-las de várias formas. Os projetos de engenharia bem que poderiam aprender a conversar com elas. Preveni-las, protegê-las, beneficiá-las, incluí-las.

Mas o que conta é: "acelerar para o país (supostamente) não parar". O que vier no sentido de "ponderar", será tratado como inimigo. Assim, "índios", "meio ambiente", "Ministério Público", "Tribunal de Contas" e a própria "mídia elitista" que, a despeito de inflamados editoriais em prol de "acelerar", noticia casos de corrupção em obras de infraestrutura emergem na cena política como "entraves ao crescimento".

Vale tudo o que for parente de "acelerar": pagar propina, multiplicar o custo das obras, cooptar votos no Congresso, detonar ambientes e populações, em nome de necessidades prementes da nação. O elevado e evitável custo dessa aceleração fica mesmo para Deus e as futuras gerações.

População de Sete Quedas se reúne contra a demarcação indígena

SÍTIO MIDIAMAX, 05.03.2013

Foto: Salatiel Assis



A reunião foi promovida pela diretoria do Sindicato Rural de Sete Quedas

Aconteceu nesta segunda (04) uma reunião promovida pela diretoria do Sindicato Rural de Sete Quedas, onde foram convidados membros de toda comunidade para debater a demarcação indígena. Participaram representantes de toda comunidade como comerciantes, pecuaristas, agricultores, educadores, profissionais liberais, imprensa local e também membros da classe política, dentre outros.

Segundo os organizadores essa reunião servirá de início para uma campanha de manifestos demonstrando o interesse da comunidade em não desvalorizar a suas propriedades. A manifestação acontecerá no dia 08, para mostrar que a comunidade está unida para defender os produtores rurais, pois entendem que os benefícios promovidos pela classe produtora, geram progresso, não só ao município como à toda região. "Devemos mostrar que estamos unidos também pelos nossos direitos, e que temos interesse no desenvolvimento do nosso município" disse o presidente do sindicato rural Orlando Vendramini. Ainda, segundo ele, algumas indústrias e empresas tem interesse em se instalarem no município, e sabemos que ao se tornar área indígena isso não ocorrerá, trazendo prejuízos a todos os moradores da comunidade. A geração de emprego é um problema grande na região e com essas demarcações esse problema aumentará ainda mais.

Durante os debates todos demonstraram a mesma linha de pensamento, de não ser contra os indígenas, mas sim contra a forma que as demarcações estão acontecendo. "Ninguém é contra os índios, somos contra a forma como as entidades organizadas estão fazendo para conseguir isso.

CONT.



Os produtores é que fazem esse país funcionar e caminhar, e isso tudo está em risco. Nosso intuito é mostrar que também temos que se organizar para defender nossos direitos, pois os governantes esquecem de dar voz aos produtores mediante os indígenas que tem apoio de ONGs e instituições que muitas vezes tem interesse próprio e usam os índios para tal”, disse um dos convidados. Ainda em voz aos participantes foi citado que não se pode fazer justiça cometendo injustiça, ou seja, como ajudar aqueles que tomam posse do que não lhes pertencem.

Então é preciso encontrar uma solução para agregar os povos indígenas sem que prejudiquem os moradores, sejam eles de quaisquer atividades produtivas da sociedade. Num grito de desespero um produtor desabafa: “Está havendo um esquecimento dos nossos governantes quanto aos nossos direitos, compramos e pagamos nossos impostos. Não podemos permitir que sejamos despejados de dentro de nossas casas. Que país é este que quem trabalha não tem valor? Temos que cuidar para que isso não se torne uma guerra”, disse Paulo Tuneiras, um dos produtores participantes da reunião.

Ao finalizar o evento foi decidido que todos trabalharão em prol da manifestação de apoio aos produtores rurais. “Temos que dar nosso grito de indignação quanto a essa situação, pois o que está acontecendo é uma injustiça”, disse Daniel de Souza.



Especialistas independentes da OIT questionam Governo brasileiro sobre projetos em terras indígenas

SÍTIO ECOAGENCIA, 05.03.2013

Peritos querem que o Brasil passe a incluir o relato de interlocutores sociais e das organizações indígenas nos relatórios seguintes.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou, no final de fevereiro, novo informe do Comitê de Peritos responsável por examinar a aplicação de convenções e recomendações da OIT pelos Estados-Membros. Entre as normas ratificadas pelo Brasil, a que trata da questão indígena reúne a maioria dos comentários e solicitações que são feitas diretamente pelos especialistas ao Governo brasileiro.

O Brasil entregou seu último relatório para avaliação em setembro de 2012. Após estudar as informações fornecidas, os peritos solicitaram que o Brasil passe a incluir o relato de interlocutores sociais e das organizações indígenas nos relatórios seguintes.

Consulta de povos indígenas não está regulamentada

Além disso, o Comitê pede um maior detalhamento do processo de regulamentação da consulta prévia, medida prevista na Convenção 169 da OIT para garantir o direito de povos indígenas e tribais de definirem suas prioridades de desenvolvimento para as terras que ocupam.

A Convenção 169 da OIT foi ratificada pelo Brasil em 2002. Mas data de janeiro de 2012 a iniciativa do Governo de estabelecer um grupo de trabalho interministerial para a elaboração da proposta de regulamentação do direito de consulta prévia, com previsão de ser apresentada em 2014.

Falta de informações

No capítulo sobre o Brasil relacionado à Convenção 169, são comentados dez temas. Entre eles, grandes empreendimentos como a Hidrelétrica de Belo Monte, a transposição do Rio São Francisco, a base aérea em Alcântara no Maranhão, assim como questões polêmicas como a demarcação de terras dos povos Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul.

"A Comissão convida o Governo a indicar a maneira prevista para garantir a proteção efetiva dos direitos das comunidades indígenas nas terras que ocupam tradicionalmente e que serão afetadas pela construção da usina hidrelétrica", diz um trecho referente ao projeto de Belo Monte.

Os peritos pedem que o Governo explique quais medidas foram usadas para conseguir o consentimento livre e consciente dos povos indígenas sobre possíveis remoções e indenizações.

CONT.



Sobre a transposição do Rio São Francisco, os especialistas cobram informações sobre os processos judiciais que questionam a obra, inclusive o que tem análise pendente sobre a constitucionalidade do projeto. Já sobre os Guarani-Kaiowá, são solicitadas informações sobre o plano de segurança pública implantado pelo Governo para proteger as comunidades.

Os especialistas também questionam sobre a remoção consentida e informada de povos quilombolas na base de lançamento da empresa Alcântara Cyclone Space, no Maranhão. O Ministério Público Federal denunciou em 2003 que a realocação da população afetada havia ignorado direitos internacionais. Em 2011 o Governo informou que o processo de demarcação não havia sido concluído, e que o processo judicial segue em curso.

O documento publicado pela OIT, uma organização com representação de governos, empregadores e trabalhadores, conta com a participação de membros da sociedade civil. Já o Comitê de Peritos é um órgão independente composto por 20 juristas, entre eles o brasileiro Lelio Bentes Corrêa, Juiz do Tribunal Superior do Trabalho.

[Acesse aqui](#) a Convenção 169 da OIT.

Estudo Geral

O Comitê de Peritos também publica anualmente um estudo geral sobre a legislação e a prática nos Estados-Membros sobre um tema escolhido pelo Conselho de Administração da OIT.

Este ano, o estudo geral aborda as relações laborais e na negociação coletiva na administração pública. Os estudos gerais são realizados com base nas memórias recebidas dos Estados-Membros e nas informações comunicadas pelas organizações de empregadores e de trabalhadores.



Ferrugem pode atingir área de soja na região da Suiá-Missú

SÍTIO CENARIOMT, 05.03.2013

Mais de 341 mil hectares de soja situada em torno da Terra Indígena Marãiwatsédé, localizada na comunidade Posto da Mata (30 quilômetros de Alto Boa Vista), correm alto risco de serem infectadas pela ferrugem asiática.

O alerta é da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja-MT).

Conforme a Aprosoja, a área em risco corresponde a 4,3% da área de soja plantada no Estado.

Depois da desintrusão ordenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) – cuja determinação fora cumprida entre dezembro e janeiro – as terras tiveram de ser abandonadas pelos produtores rurais, que acabaram abandonando as plantações.

Segundo o diretor técnico da Aprosoja, Nery Ribas, parte das mais de três mil hectares de soja plantadas nas terras xavantes estão tomadas pela ferrugem. “O momento é de redobrar a atenção, os cuidados e o controle das aplicações de fungicidas nas lavouras vizinhas, pois há alto potencial de inóculo”, comentou, por meio da assessoria da Aprosoja.

Os focos da ferrugem aumentaram devido à ausência do controle e tratamento da doença, pois somente um produtor conseguiu autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai) para fazer as devidas aplicações de fungicidas e controle do foco da doença. A não realização da colheita da soja aumentará a proliferação da ferrugem asiática, além da existência de soja guaxa no período do vazio sanitário.

“É importante que se realize o controle da ferrugem e também a colheita da soja na comunidade do Posto da Mata, pois muitos produtores vão colher soja até abril”, afirma o vice-presidente da região Leste, Gilmar Del’Osbel.

Segundo Gilmar, os produtores dos municípios vizinhos estão fazendo sua parte, tanto que há poucos casos da doença na região. O segundo vice-presidente da região, Endrigo Dalcin, evidencia a importância dos produtores continuarem as aplicações de fungicidas no intervalo de 15 em 15 dias e garantirem uma boa colheita.

Até o momento mais de 35% dos 1,2 milhão de hectares já foram colhidos na região Leste. Caso a ferrugem não interfira na produtividade da soja na região a estimativa é que se colha 3,7 milhões de toneladas de soja.

No fim de janeiro, o Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento (Mapa) já havia feito um alerta aos produtores da região, devido à presença da ferrugem nas lavouras situadas na gleba e ao alto índice de umidade que facilita a proliferação do fungo.

Na época a situação das lavouras não foi considerada alarmante, mas preocupante pela comissão do Mapa e da Aprosoja em visita às lavouras de soja. O objetivo é reduzir riscos e minimizar as perdas, pois só na safra passada os prejuízos somados pela ferrugem asiática foram de aproximadamente um R\$ 1 bilhão.

Ruralistas pedem a deputada audiência pública no Conesul para discutir invasões
SÍTIO MIDIAMAX, 05.03.2013



Ruralistas do Conesul do Estado estão solicitando a realização de uma audiência pública na região para debater a questão da demarcação de terras produtivas consideradas indígenas.

O ofício, que partiu do Sindicato Rural de Amambai, Tacuru e Iguatemi, foi entregue recentemente à deputada estadual Mara Caseiro (PTdoB), durante evento que marcou a entrega de retroescavadeiras para prefeituras de municípios da fronteira. Outros parlamentares presentes também receberam o documento.

Na prática, os ruralistas estão pedindo socorro à classe política, em caráter emergencial, na tentativa de conter o agravamento da situação pelas constantes invasões e alargamento das terras para os indígenas.

Os produtores lembram que o próprio governo federal franqueou estas terras, e que agora, passadas décadas de muito trabalho e expansão do agronegócio, querem simplesmente tratar a classe como bandidos.

"A agropecuária hoje é de fazer inveja, é uma das áreas responsáveis pela expansão do agronegócio do País, atrativo de divisas externas para a nação. A classe produtora não pode ser responsabilizada pela população indígena que desde a sua existência vem sendo representada por uma tutela estatal e incompetente, que viu a caravana do progresso passar sem dela participar. E agora vem o governo brasileiro, representado pela Funai, ironicamente dizer que as terras indígenas são poucas, deixando de assumir que a maior parte delas é mal aproveitada e ociosa", diz um trecho do documento, lido pela deputada Mara Caseiro em plenário, nesta terça-feira (5).

CONT.



Os ruralistas também lembram que os indígenas, infelizmente, vivem hoje em situação de miséria, e que essa situação acaba virando “meio de melhoria de vida para aqueles que se intitulam defensores dos índios”.

“O que não pode é o governo federal jogar esse peso nas costas dos produtores rurais, pretendendo que estes paguem pela inércia do governo, como se responsáveis fossem”, diz outro trecho do documento.

Ironicamente, durante o mesmo evento, Mara Caseiro recebeu também um ofício dos indígenas da aldeia Amambai, solicitando equipamentos agrícolas, óleo diesel, maquinário, sementes e outros insumos necessários para o plantio.

De acordo com ela, isso demonstra que os povos indígenas, quando não influenciados por ONGs internacionais, desejam plantar e colher para o sustento de suas famílias. “Alguns nem sabem desses conflitos”, observou.

Mara Caseiro voltou a lembrar que o governo federal precisa tomar medidas urgentes para essa questão, antes que mais vidas se percam nessas guerras motivadas pelas invasões de terras.

O tucano Márcio Monteiro reforçou o discurso da deputada, afirmando que o governo federal precisa ter coragem para enfrentar essa situação.

“O que falta é atitude desse governo. Já há um conceito do que é preciso fazer para acabar com esses conflitos, é preciso agora coragem para tomar as decisões certas”, afirmou.



Emater apoia fortalecimento da produção rural em comunidades quilombolas

SÍTIO AGENCIAPARA, 05.03.2013

Comunidades quilombolas incluídas no programa Territórios da Cidadania, nas regiões nordeste e do Marajó, estão sendo atendidas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater), como parte do Projeto de Ampliação dos Serviços da Assistência Técnica e Extensão Rural Pública (Ater) e das Ações dos Territórios da Cidadania.

O acompanhamento técnico visa aumentar a produção de alimentos no Estado, por meio de um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). As reuniões dos Grupos de Trabalhos (GT) Quilombolas aconteceram no município de Cachoeira do Piriá, no nordeste, nos dias 5 e 06 de fevereiro, e em Salvaterra, no Marajó, nos últimos dias 20 e 21.

Em Salvaterra, cerca de 60 quilombolas das comunidades de Caldeirão, Rosário, Providência, Boa Vista, Deus Ajude, Mangueiras, Bacabal, Pau Furado, Siricarí e Malungo participaram da reunião, junto com representantes da Prefeitura.

Cronograma - Segundo a economista Adda Ellen, articuladora da Rede Temática de Ater para Mulheres Rurais, que coordenou as atividades, foi aplicada uma metodologia para identificar acertos e falhas, além dos objetivos e metas para o desenvolvimento da comunidade. "A partir da sistematização do potencial e das fragilidades das comunidades, e posterior visita técnica em cada comunidade, será possível elaborarmos um cronograma de atividades de Ater em consonância com os objetivos e metas do convênio, para ser executado nestes quilombos", informou Adda Ellen.

Os participantes decidiram pela instalação de Unidades Demonstrativas (UDs), para possibilitar uma maior produção agrícola nas comunidades quilombolas. Em Salvaterra, com o apoio da Emater, serão instaladas duas UD de casa de farinha, e revitalizadas outras casas já existentes.

Em Cachoeira do Piriá, na comunidade quilombola Camiranga, será instalada uma UD para o cultivo de hortas. O projeto prevê ainda a instalação de mais seis UD em outros territórios, como em Santarém, no oeste do Pará.

Convênio - Segundo dados do MDA, o objetivo do convênio é reforçar o estímulo às atividades agrícolas, não agrícolas, pesqueiras, extrativistas e à pecuária, e apoiar o compromisso com a organização social rural.

Essas ações devem fortalecer a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável das comunidades, com base na agroecologia e na economia solidária.

Segundo Adda Ellen, o convênio proporcionou também o fortalecimento do GT (Grupo de Trabalho) estadual paraense. "Estamos antevendo as mudanças federais para a política quilombola no país", ressaltou ela.



Zequinha Araújo pede ao Governo do Estado mais apoio aos ribeirinhos e agricultores de Porto Velho

SÍTIO ONORTAO, 05.03.2013

O deputado Zequinha Araújo (PMDB) solicitou ao Governo do Estado um prédio para servir como alojamento das famílias ribeirinhas e de agricultores da capital Porto Velho, bem como para condicionamento de seus produtos agrícolas. O documento foi apresentado em sessão plenária da Assembleia Legislativa e, em seguida, encaminhado ao Poder Executivo, com cópia ao Deosp e a Seas, para as providências necessárias.

Zequinha Araújo, conforme destaca em seu pedido, diz que os ribeirinhos, não apenas do alto e baixo Madeira, mas dos demais distritos, precisam de local adequado para permanecerem em Porto Velho quando chegarem em busca de tratamento médico, assim como para a comercialização de seus produtos agrícolas.

“Tanto os ribeirinhos como os agricultores que residem nos distritos porto-velhenses realizam longas viagens e enfrentam adversidades no período em que permanecem na capital do Estado. Há necessidade de olharmos para essa parcela da população porque ela mantém obstinada disposição para manter o sustento dos seus familiares. Não é fácil o percurso marítimo e as viagens em estradas vicinais pouco cuidadas. Esse apoio é importante que seja viabilizado pelo poder público aos ribeirinhos e agricultores”, enfatizou o parlamentar.

Com o atendimento do pedido, o deputado Zequinha assegura que o Executivo viabilizará o acolhimento com segurança, bem como proporcionará uma melhor qualidade de acomodação e conforto para as comunidades ribeirinhas e de agricultores porto-velhenses. “Não tenho dúvidas que nossa proposição vem ao encontro do anseio das famílias ribeirinhas e dos agricultores que buscam a subsistência na comercialização de seus produtos. O governador Confúcio Moura é uma pessoa sensível e irá atender esse pleito tão importante e necessário aos ribeirinhos e agricultores. Os secretários do Deosp e da Seas também não medirão esforços para viabilizar a locação do imóvel”, completou o deputado Zequinha Araújo.